

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: CPIs da lama	2
Título: Se doesse no bolso, as empresas não assumiriam os riscos.....	3
VEÍCULO: O Globo	6
Título: R\$ 13,9 bilhões.....	6
Título: ELETROSURINAME	7
Título: Estranhos no ninho	8
Título: Lobista da Petrobras delata Renan e mais 50.....	8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 17/02/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** CPIs da lama

Na Constituição, o artigo 58 prescreve às comissões parlamentares de inquérito (CPIs) poderes de investigação próprios de autoridades judiciais — coma diferença de seus membros reunirem-se sob os olhares da opinião pública, como é próprio de um Parlamento.

Parece natural, assim, que surja uma CPI para escrutinar a catástrofe de Brumadinho (MG), que vitimou pelo menos 165 pessoas. Investigações policiais se revestem de algum sigilo, exigível também em alguns processos; numa tragédia dessa magnitude, e com tantos interesses envolvidos, convém que haja maior publicidade.

Não se deve esquecer que esse não foi o primeiro desastre pelo rompimento de uma barragem de mineração, mas a reedição escabrosa da incúria que já matara 19 em Mariana (MG) há três anos. Fará bem à sociedade ver esmiuçadas as responsabilidades da empresa Vale e das autoridades que não agiram para mantê-la na linha.

Dito isso, há que ponderar alguns requisitos para que a investigação parlamentar não degenere em circo político-midiático, com holofotes a produzir mais calor que luz. De pronto se impõe uma interrogação sobre a necessidade de se criarem logo duas CPIs, uma no Senado e outra na Câmara.

A duplicação de esforços sugere que parlamentares de uma e de outra Casa preferem contar com palcos separados, nos quais uma quantidade maior de representantes possa exhibir sua indignação, não raro movida mais por objetivos eleitorais que pelo ânimo de buscar melhora institucional.

Cabe ainda perguntar se não há aí algo de prematuro. Talvez se mostrasse mais produtivo aguardar algum avanço das perícias e diligências técnicas e policiais, de modo a evitar que os integrantes das CPIs enveredem por debates e interrogatórios supérfluos, quando não ignorantes de informações especializadas imprescindíveis.

Mesmo supondo que as comissões não venham a perder muito tempo na mera compreensão dos detalhes do ocorrido, emergem do pântano político sinais de

que o espetáculo preponderará sobre o aprofundamento da etiologia e da profilaxia de catástrofes.

Uma deputada novata disputa a presidência da CPI da Câmara com representantes de Minas Gerais, cujos gabinetes estão abertos para interesses minerários e compõem o que já se chamou, justa ou injustamente, de bancada da lama.

Os mortos de Brumadinho e seus familiares merecem mais do que uma pantomima de investigação, como se observou em tantas CPIs do passado. Nesta eventualidade, duas comissões seriam tão proveitosas quanto nenhuma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Se doesse no bolso, as empresas não assumiriam os riscos

Promotor à frente da apuração do estouro da barragem em Mariana diz que omissão política transforma até tragédias previsíveis em acidentes sem culpados

TRAGÉDIA EM BRUMADINHO ENTREVISTA

Rio de Janeiro - Responsável pelos processos de reparação às famílias de Mariana (MG) que sofreram com o rompimento da barragem da Samarco, em 2015, o promotor Guilherme de Sá Meneghin diz que pouca coisa evoluiu na legislação brasileira após a tragédia.

Na ocasião, 19 pessoas morreram e um rastro de lama chegou até o litoral capixaba. Para o promotor, o país precisa avançar na responsabilização de culpados e em leis para agilizar o ressarcimento aos atingidos.

Mais de três anos depois, ninguém foi preso, nenhuma vítima ainda foi indenizada —a expectativa é que o dinheiro comece a ser pago neste ano — e a tragédia se repetiu. No dia 25 de janeiro, uma barragem da Vale rompeu em Brumadinho (MG). São 166 mortos confirmados.

"O Brasil ainda tem aquela mentalidade de ver esses fatos como acidentes, coisas inevitáveis, como se não houvesse nenhum culpado", disse ele, em entrevista à Folha.

"Tem de ter um processo especial de apuração em caso de desastres. Alguém tem de assumir a responsabilidade."

Meneghin reclama de omissão da classe política, que não aprovou nenhum projeto de lei para apertar o cerco contra barragens perigosas.

"As consequências são terríveis. É morte, é destruição ambiental. As empresas têm de mudar a mentalidade, pensar também na segurança, e não só no lucro", diz.

*

Houve algum avanço na legislação após a tragédia de Mariana?

De forma alguma. Na verdade, o que a gente viu foi total omissão do poder político. Houve inúmeras audiências públicas, vários projetos de lei, tanto no Congresso Nacional quanto na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas nada foi aprovado para garantir maior segurança de barragens ou para proibir esse tipo de barragem, que é muito arriscada e deveria ser proibida. A gente lamenta essa omissão por parte do Legislativo, que simplesmente ignorou os gritos das vítimas de Mariana. Mas também não podemos esquecer que as empresas estão cientes dos riscos. As consequências são terríveis. É morte, é destruição ambiental. As empresas têm de mudar a mentalidade, pensar também na segurança, e não só no lucro.

Se está na mão das empresas, não deveria haver responsabilização de sua administração?

O Brasil ainda tem aquela mentalidade de ver esses fatos como acidentes, coisas inevitáveis, como se não houvesse nenhum culpado. Historicamente, poucas pessoas foram punidas por desastres no país. Tem de ter uma mudança em todas as autoridades, órgãos públicos e até mesmo na forma de aplicação da lei. Tem de ter um processo especial de apuração de responsabilidade em caso desses desastres. Alguém tem de assumir a responsabilidade.

No caso de barragens, quem seriam os responsáveis? Os profissionais que atestaram a estabilidade?

Difícil avaliar. Muitas vezes o laudo traz série de recomendações que não são feitas. Então, não necessariamente a pessoa que atestou a estabilidade é responsável pelo desastre. Nesse caso, quem está operando o empreendimento é que assume a responsabilidade. Tem de verificar se a pessoa que atestou não agiu de má-fé, às vezes atestou a estabilidade contra os fatos. Tem de ter investigação profunda para ver quem cometeu o erro.

A responsabilização do comando das empresas não seria um incentivo para uma cultura mais preventiva?

A gente tem uma cultura de impunidade grande. Mas depende muito da investigação. Tem de ver de fato quem autorizou e quem se responsabilizou por aquele evento. São vários elementos: há as pessoas que operavam o

empreendimento, as pessoas que comandam a empresa, as pessoas que efetivamente decidiram como operar a barragem, as pessoas que contrataram as auditorias para atestar a estabilidade, tudo isso tem de ser analisado.

E o que já avançou, por exemplo em relação à tragédia de Mariana?

No que tange à questão penal, o Ministério Público Federal, que é responsável pela acusação, entrou com ação imputando ao ex-presidente da Samarco [Ricardo Vescovi] e outros 25 réus os crimes de homicídio, lesões corporais graves e crimes ambientais. Esse processo está na fase de instrução, em que vão ser tomados os depoimentos das testemunhas. Até o momento ninguém foi preso, não houve responsabilização penal. É um processo complexo, a apuração foi muito bem-feita, mas há essa morosidade processual.

E nas outras questões?

A questão ambiental está na Justiça Federal. Nesse processo estão sendo avaliados os danos ambientais por meio de perícias técnicas. O Ministério Público Federal entrou com uma ação de R\$ 155 bilhões na Justiça Federal. Mas o governo federal já tinha entrado com uma ação antes, que resultou em acordo para a criação da fundação Renova [que coordena o processo de reparação]. Esse processo, que considero muito negativo, teve o aval do governo federal e dos governos estaduais, mas não a participação do Ministério Público nem dos atingidos. Isso acabou resultando em uma situação muito prejudicial.

Por quê?

A Renova é muito burocrática, tem uma estrutura de decisão que demora muito. Eu acredito que isso é proposital, com o objetivo de atrasar, tentar vencer pelo cansaço, tentar de alguma forma economizar o dinheiro das empresas. Ela funciona na verdade como uma espécie de dique de contenção para não chegar às empresas. Nas ações que ajuizamos, tudo o que foi conquistado foi por meio da ação, não foi nada oferecido pelas empresas nem pela fundação Renova de forma espontânea. As pessoas estão em casas alugadas até receber a residência, recebem auxílio financeiro e tiveram antecipações de indenização por causa da ação civil pública. Em outubro do ano passado, fizemos acordo para indenizar as vítimas, que esperamos que seja concretizado no decorrer deste ano.

Já foram definidos os valores de indenização?

Não. O acordo prevê que as vítimas preencham um cadastro, é por critério de autodeclaração, qualquer pessoa que se sente atingida pode preencher. Se ela vai ser recompensada ou não, é outro problema. Os cadastros começaram a ser entregues em janeiro, e a Renova tem 90 dias para fazer uma proposta de indenização. Se família aceitar, a Renova paga, é o ponto final na história. Se a família não aceitar, ela pode entrar com execução individual do acordo, em que

ela vai tentar demonstrar qual deve ser o valor. Colocamos no acordo uma cláusula muito importante para garantir o direito das vítimas: a inversão do ônus da prova. Tudo aquilo que a vítima declarar é considerado verdadeiro, e o réu é que tem de provar o contrário. Isso garante isonomia entre o poderio das empresas e a fragilidade das vítimas.

Que balanço o sr. faz do processo até agora?

É um balanço negativo, porque tudo teve de ser obtido na Justiça, é muito difícil conseguir com eles as soluções. E isso acaba levando mais tempo, causando mais sofrimento nas vítimas. Mas não posso deixar de mencionar uma coisa importante: o Brasil não tem legislação especial para proteger vítimas de desastres. Em um processo cível normal, a pessoa que sofreu o dano vai entrar na Justiça e só vai receber ao final do processo, que pode levar, um, dois, dez anos. As mesmas regras processuais para essa situação de dano pequeno são aplicadas a quem perdeu tudo. A gente precisa ter legislação especial de proteção às vítimas para garantir o direito a casa alugada, assessoria técnica, antecipações de indenizações.

O que fazer para evitar que novos desastres ocorram?

Eu acho que seria importante termos uma legislação especial de proteção às vítimas de desastre. Se tivéssemos, as empresas saberiam que teriam de pagar indenizações maiores, adotar maiores garantias dos direitos das vítimas e doeria no bolso. Doendo no bolso, pensariam duas vezes antes de tomar decisões arriscadas. Hoje, elas sabem que conseguem enrolar isso por vários anos na Justiça, que pagarão indenizações muito menores do que em outros países. De certa forma, elas já contam com isso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: R\$ 13,9 bilhões

PETRÓLEO

O Rio de Janeiro recebeu em 2018 um total de R\$ 13,9 bilhões a título de royalties e participações especiais, de acordo com a ANP. Ainda assim, o estado está quebrado.

Hora de enxugar...

A Petrobras não é o Sistema S, mas Roberto Castelo Branco decidiu passar a faca em diversas sedes da estatal. No Brasil, vai fechar os sete andares (já foram 12) do prédio da empresa na Av. Paulista.

Seus 800 funcionários serão realocados. Lá fora, cerram as portas também os escritórios de Nova York e Tóquio.

...e de vender

A propósito, a Petrobras espera vender suas refinarias no segundo semestre.

ECONOMIA

Um meganegócio

A tragédia de Brumadinho aconteceu em meio a uma transação importante no quadro de acionistas da Vale. Desde outubro, Rubens Ometto, dono da Cosan, tem negociado com a Previ para comprar a sua expressiva fatia na Litel. O fundo de pensão do Banco do Brasil é dono de 80% da Litel, que, por sua vez, possui 21% da Vale. A queda no valor das ações da mineradora vai mudar todos os parâmetros das conversas iniciais.

Com apetite 1

A Votorantim vai entrar de cabeça nos leilões de concessão do governo Bolsonaro. Estuda prioritariamente três setores: energia, aeroportos e saneamento.

Com apetite 2

Mais: a empresa da família Ermírio de Moraes, que lidera a indústria de cimento no Brasil, decidiu ir às compras nos EUA e na Europa, onde já tem fábricas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: ELETROSURINAME

A Enel, ex-Eletropaulo, interrompeu três vezes o fornecimento de energia na região da Avenida Paulista. Em todos os casos foram aquelas piscadas que fazem a alegria das empresas que consertam equipamentos danificados.

Seria boa ideia que ela investisse nessa área.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Estranhos no ninho

Dos nove conselheiros da Vale, oito nunca trabalharam antes na mineração. Aliás, o presidente da empresa Fabio Schvartsman, que assumiu em 2017, também não era do setor.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/02/2019

Seção: O País

Autor: AGUIRRE TALENTO

Título: Lobista da Petrobras delata Renan e mais 50

Jorge Luz aponta atuação ilícita do senador alagoano para manter grupos de poder na estatal e na Transpetro

Uma delação ainda sob sigilo no Supremo Tribunal Federal (STF), a qual O GLOBO teve acesso, dá detalhes inéditos sobre a atuação de lobistas na Petrobras e pode dar novo fôlego à Lava-Jato. Jorge Luz, o lobista mais antigo da estatal e próximo do MDB, revelou que mais de 50 políticos, agentes públicos e empresários, brasileiros e estrangeiros, se envolveram em irregularidades em estatais.

Um dos principais alvos é o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Jorge Luz relatou que conversou sobre propina com Renan em seu gabinete no Senado e diz que intermediou pagamentos ao seu grupo político. Também há acusações contra o ex-deputado Aníbal Gomes (MDB-CE), os petistas Cândido Vaccarezza (SP) e Vander Loubet (MS), o ex-cônsul honorário da Grécia Konstantinos Kotronakis, dentre outros alvos. Luz faz acusações detalhadas contra gerentes de segundo escalão da Petrobras e outros dirigentes da estatal, com extratos bancários e trocas de e-mails.

Arquiteto de formação, Luz, de 75 anos, ganhou fama nos bastidores do poder como o lobista mais antigo da Petrobras e por suas ligações com emedebistas. Nesta profissão, intermediou pagamentos de propina de empresários a políticos e agentes públicos, para que essas empresas abocanhassem contratos milionários com estatais.

A atividade foi interrompida em fevereiro de 2017, quando ele e seu filho Bruno Luz, parceiro de negócios, foram presos na Lava-Jato. Passaram a negociar um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR), assinado no fim do ano passado. Em novembro, o ministro Edson Fachin, do STF, homologou a delação.

O delator também fez um inventário de sua história com Renan Calheiros. Disse que conheceu o senador em 1989 e o reencontrou em 2003, em um café na residência do ex-senador paraense Luiz Otávio Campos (MDB) — seu conterrâneo. Na ocasião, conversaram sobre a indicação de Sérgio Machado, aliado político de Renan, para a presidência da Transpetro. Renan teria pedido a Jorge Luz que fiscalizasse a cobrança de propina por Machado, porque não confiava nele.

O lobista relata, então, diversos encontros com Renan para tratar do assunto. O segundo foi em um apartamento alugado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em que estavam o emebista e Machado. Nessa ocasião, Jorge Luz teria sido indicado para cuidar da propina na Transpetro em nome do senador. As tratativas ilícitas com Machado, porém, não avançaram. Então, Jorge Luz conta que procurou Renan e conversou com ele em seu gabinete no Senado, em uma sala à prova de som.

De acordo com o lobista, Renan teria ficado “profundamente indignado” com a traição de Sérgio Machado e convocou-o para ir a Brasília. Em outro dia, o trio teria se reunido no gabinete no Senado e Renan teria cobrado o afilhado político sobre a arrecadação de propina, mas Machado disse que não tinha nada para repassar.

Luz relatou ainda que participou de um acerto de propina de R\$ 11,5 milhões pagos ao grupo de Renan, em troca do apoio do PMDB à permanência de Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró em diretorias da estatal. Os recursos saíram da empresa sul-coreana Samsung Heavy Industries, que construía dois navios-sonda para a Petrobras.

Luz afirma que recebia do ex-deputado Aníbal Gomes (MDB-CE), aliado de Renan, a indicação das contas no exterior para onde transferir a propina, que era destinada ao senador alagoano e ao senador Jader Barbalho (MDB-PA).

O lobista também tinha trânsito em outras estatais, como a Eletronuclear, então comandada pelo almirante Othon Pinheiro — já condenado a 43 anos de prisão. Luz conta que o almirante Othon recebeu propina de uma empresa de informática, a Allen Rio, contratada para fornecer softwares da Microsoft. De 2011 a 2014, a firma recebeu R\$ 10 milhões da Eletronuclear.

A delação está sob análise da Procuradoria-Geral da República, que abrirá novas investigações a partir dos relatos do lobista.

OUTRO LADO

Todos os citados negam as acusações. A defesa de Renan disse que o senador “não se encontra com Jorge Luz há 25 anos” e que é uma delação “sem amparo em qualquer prova, com o único intuito de obter os generosos benefícios do acordo”. A defesa de Aníbal diz que ele “refuta qualquer envolvimento em condutas ilícitas”. Barbalho negou à PF o recebimento de propina.

A defesa de Machado, que também fez delação, confirmou que ele teve encontros com Jorge Luz, mas afirmou que não fizeram negócios. A defesa do almirante Othon afirmou que “Jorge Luz mente”. As defesas da Allen e de Vaccarezza dizem que só vão comentar após terem acesso à delação.

MME / ASCOM .